

# O ajuste e as crianças do Brasil

ODED GRAJEW

ECON - Brasil

O Brasil vive um momento delicado. Mais de 20 anos de ditadura e cinco de desmandos da chama da Nova República deixaram o País com o triste troféu de um dos campeões mundiais em má distribuição de renda, fome, miséria, mortalidade infantil e analfabetismo.



O governo Collor está tentando executar um plano de ajuste econômico de características nitidamente recessivas. A equipe econômica parte do pressuposto de que é necessário diminuir o nível da atividade econômica e baixar a demanda, mesmo que seja à custa do desemprego, queda de salários, falência de empresas e queda da qualidade de vida.

Quem paga o maior preço desse ajuste são os pobres, primeiro porque estão menos preparados economicamente para absorver o impacto do ajuste. Para eles, qualquer queda na renda significa abrir mão de necessidades básicas.

Os pobres também têm pouca força política. Os cortes nos gastos públicos não levam em conta as necessidades relacionadas à saúde, educação, subsídios a alimentos e transportes, dos quais os pobres mais dependem.

Conseqüentemente, os que mais têm sofrido com as políticas de ajuste são, na verdade, as crianças de comunidades pobres. No Brasil, 30 milhões de crianças até sete anos pertencem a famílias em estado de pobreza. Cerca de 40% das famílias brasileiras ganham até dois salários mínimos. Essas famílias são obrigadas a fazer cortes no orçamento básico, tirando as crianças da escola e colocando-as no mercado de trabalho.

Proponho que a sociedade civil se mobilize em favor da proposta de uma política de ajuste com dimensão humana. O capital humano é mais importante do que o financeiro como fator de realização do crescimento

econômico. O investimento em capital humano, sob a forma de nutrição, educação e saúde, não pode ser postergado. Ou ele ocorre na idade apropriada ou não terá efeito.

Nenhuma teoria econômica ou ideologia política poderá justificar, mesmo transitoriamente, qualquer sacrifício sobre o físico e a mente de crianças em crescimento. A estratégia do ajuste com dimensão humana representa um dos mais importantes exemplos do espírito da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil, e de seu princípio fundamental: todas as crianças devem ser protegidas dos erros do mundo adulto tanto no que diz respeito à violência quanto no que se refere aos efeitos acumulativos da má condução da política econômica.

Um ajuste com dimensão humana requer basicamente:  
1º) Compromisso explícito do governo de proteger os grupos mais vulneráveis durante o processo de ajuste; 2º) Ajustes mais expansivos que permitam manter os níveis de investimento, produção e emprego. As prioridades devem ter como objetivo um crescimento auto-sustentando no médio prazo, protegendo-se os grupos mais pobres no curto prazo. Estabilização no curto prazo deve ficar em plano secundário; 3º) Reestruturação da economia para proteger os grupos mais vulneráveis, conforme as possibilidades de recursos. As metas principais são a proteção do emprego e do poder aquisitivo dos grupos de baixa renda e a garantia de condições adequadas de nutrição e serviços básicos; 4º) Acompanhamento sistemático do impacto das políticas de ajuste em áreas mais vulneráveis.

Não podemos aceitar nenhum programa de ajuste que sacrifique as crianças em nome da estabilidade financeira.

Oded Grajew é presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e coordenador-geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).